



AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM AMBIENTES EXTRAESCOLARES: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PEDAGOGO EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE

Ivanete da Silva Santos Medeiro¹

Rutelea Silva Fraga²

Jailton Santos Silva³

RESUMO

A pedagogia vem ampliando sua área de atuação em vários segmentos da sociedade, dentre eles a saúde, fazendo com que a profissão venha a ganhar um maior reconhecimento social. Diante disso, neste trabalho busca-se refletir acerca da constituição histórica da área de atuação profissional do pedagogo hospitalar, da importância deste no ambiente dos hospitais, bem como das suas contribuições para o processo de saúde-doença de crianças e adolescentes. A pesquisa foi realizada a partir do levantamento bibliográfico em livros, periódicos e monografias, bem como de documentos que referendam este campo de atuação profissional. Diante das análises destaca-se que os benefícios decorrentes da atuação do pedagogo hospitalar residem na diminuição do stress do paciente, no estreitamento dos laços familiares e principalmente na construção do conhecimento, no entanto, observa-se que a abertura desse campo para os pedagogos tem ocorrido de forma lenta, demandando uma atuação mais incisiva sobre o Estado e as instituições de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas pedagógicas. Pedagogia Hospitalar. Atuação Profissional.

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a pedagogia na área da saúde, tendo em vista que o Pedagogo deixou de exercer o seu papel apenas nas instituições escolares, e passou a adentrar em áreas extraescolares, ganhando dessa forma, espaço e significativa importância em outras instituições sociais.

A atuação desse profissional no ambiente de hospitais dar-se a partir de classes hospitalares dirigidas às crianças em tratamento, na busca de recuperar a socialização da criança por um processo de inclusão e de permitir uma continuidade à sua aprendizagem. Assim, a inclusão social das crianças será o resultado do processo

¹ *Graduada em Pedagogia pela Universidade Tiradentes (UNIT).* ivanete2014sts@hotmail.com

² *Graduada em Pedagogia pela Universidade Tiradentes (UNIT).* ruteleasilvaa@gmail.com

³ *Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).* jailton-santos25@hotmail.com.



educativo e (re)educativo, no qual o pedagogo busca modificar situações e atitudes junto ao enfermo, mas que não podem ser confundidas com o atendimento à sua enfermidade. Apesar do foco de atuação ser as crianças e adolescentes internados, cabe ressaltar que o trabalho do pedagogo também deve se estender às famílias, sobretudo àquelas que não consideram pertinente falar sobre doenças com seus filhos (ESTEVEVES, 2008).

Na infância assim como na adolescência, a hospitalização altera o desenvolvimento emocional, pois dificulta as relações de convivência da criança, afastando-a da sua família, de casa, dos amigos e da escola. A preocupação com a saúde física da criança deixa os pais apreensivos e muitos deixam de focar o valor dos estudos durante o tratamento; assim as crianças neste período de internação, ficam desestimuladas a continuar a desenvolver suas habilidades e competências (ESTEVEVES, 2008).

Nesse sentido, as crianças e adolescentes que se encontram internados, sem perspectiva de retorno à comunidade escolar, recebem da equipe multidisciplinar na qual o pedagogo está inserido, toda orientação necessária para que os mesmos adquiram conhecimentos e habilidades para lidar com as situações do dia-a-dia. O pedagogo atuará de modo que essa criança e jovem volte a sentir a sensação de estar no ambiente de ensino, diminuindo as dificuldades posteriores ao seu retorno, além de exercer o seu papel principal de ensinar de forma simples e objetiva.

Diante disso, neste trabalho buscamos responder as seguintes questões: Como se constituiu historicamente a área da Pedagogia Hospitalar? Quais as contribuições do Pedagogo no ambiente hospitalar e de que modo ocorre a sua atuação nesse espaço?

Assim, nas linhas seguintes objetivamos refletir acerca da constituição histórica da área de atuação profissional do pedagogo hospitalar, da importância deste no ambiente dos hospitais, bem como das suas contribuições para o processo de saúde-doença de crianças e adolescentes. A escolha da referida temática é resultado de observações que sugerem que a pedagogia vem ampliando sua área de atuação em vários segmentos da sociedade, fazendo com que a profissão venha a ganhar um maior reconhecimento social, sendo que dentre as áreas atuantes está a rede pública de saúde; segmento no qual deve-se ter além do conhecimento e o dom do ensino, a sensibilidade de lidar com crianças e jovens passando por momentos difíceis de saúde.



A abertura de áreas fora do contexto escolar para o pedagogo foi um grande avanço para a profissão, que antes se restringia apenas à sala de aula, fazendo com que muitas pessoas fossem desestimuladas a cursar pedagogia por falta de opções para exercer a profissão. Através desta expansão no campo de atuação, a pedagogia pôde contribuir de uma forma significativa para a sociedade, influenciando diretamente na vida de crianças e jovens, fazendo com que as mesmas, sintam-se amparadas em locais que não sejam a escola, como hospitais, fundações, orfanatos, dentre outros locais onde o pedagogo atua.

A presente pesquisa foi realizada mediante o levantamento bibliográfico de autores que trabalham a temática da pedagogia hospitalar, em livros, periódicos e monografias, bem como de documentos que referendam este campo de atuação profissional de modo a compreender a constituição histórica do campo.

Um breve histórico da Pedagogia Hospitalar

A pedagogia hospitalar tem se constituído nos últimos anos, como uma área de extrema relevância para a atuação de pedagogos, que em meio ao processo de hospitalização de crianças e adolescentes, são chamados a desempenhar práticas pedagógicas que contribuam no processo de escolarização e de tratamento desses pacientes no ambiente de hospitais/ambulatórios.

Apesar da recente notoriedade alcançada pela área da pedagogia hospitalar, sua origem segundo Khon e Moraes (2011) remonta aos anos de 1919, quando se encontra registro de atividades lúdicas desenvolvidas por prisioneiros cuidados pela Cruz Vermelha. No entanto somente em 1935, ocorre a oficialização do cargo de Pedagogo Hospitalar na França, graças à atuação de Henri Sellier. Diante desse quadro e com o decorrer dos anos, as intervenções dos pedagogos em hospitais expandem-se pelos países europeus e os Estados Unidos, chegando ao Brasil em 1950.

Conforme destaca Silva, Cardoso e Santos (2011) o quadro desenhado pela Segunda Guerra Mundial resultou como um marco para unir escolas e hospitais, pois diante do grande número de crianças internadas por causa da guerra e impossibilitadas de frequentar a escola regular, educadores e médicos acabaram se unindo para contribuir com a recuperação e aprendizagem desses pacientes.



Assim, a pedagogia hospitalar é desenvolvida não apenas com foco na escolarização das crianças e adolescentes hospitalizados, mas também na perspectiva de tornar o ambiente hospitalar mais agradável, contribuindo para a melhoria psicoemocional desses indivíduos e de suas famílias.

Para Khon e Moraes:

A Pedagogia Hospitalar seria um conceito diferenciado da Pedagogia Tradicional, uma vez que se dá em ambiente hospitalar e que busca, além do conhecimento curricular, construir conhecimentos sobre esse novo contexto de aprendizagem e criar situações que estimulem uma melhoria na qualidade de vida desse aluno-paciente através de atividades que ensinem o indivíduo a “ser” e a “conviver” com a doença e com o outro (KHON; MORAES, 2011, p.96).

De acordo com Matos e Mugiatti esta área de atuação profissional se constitui devido a:

Situação de crianças e adolescentes, em idade escolar, que submetidas a longos períodos de hospitalização ficam impossibilitadas de seguir seu ano letivo escolar. Ou daqueles que nem chegam a se matricular, pelos mesmos motivos, atingindo a pré-adolescência ou mesmo a adolescência em estado de analfabetismo ou nas primeiras séries escolares (MATOS; MUGIATTI, 2011, p. 60).

Nesse sentido, a atuação do pedagogo nas instituições de saúde, se impõe como uma necessidade que visa aproximar a escola desses alunos-pacientes que diante de seus quadros clínicos não podem frequentá-la.

No Brasil, a Pedagogia Hospitalar apresenta normatização legal, já sendo reconhecida a necessidade da atuação do pedagogo hospitalar bem como da continuidade do processo educativo também para crianças internadas, desde a Constituição Federal de 1988, conforme disposto no artigo 205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

Segundo Matos e Mugiatti (2011) na década de 90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069/90, a partir dos princípios universais da criança/adolescente contido nos artigos 3º e 4º, também garantem o direito a hospitalização escolarizada a esses indivíduos. Conforme as autoras: “As recomendações do Estatuto da Criança e do Adolescente convergem para a afirmação de que o direito à educação ultrapassa os



muros escolares; é dever da sociedade buscar alternativas à provisão dessas demandas (MATOS; MUGIATTI, 2011, p. 76)”.

Em 1995, a resolução nº 41, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, publicada em outubro daquele ano, versando sobre a Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados, ratifica as posições legais dos documentos anteriores e aponta em seu parágrafo 9º que: “É direito da criança e do adolescente de desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde, e acompanhamento curricular durante a sua permanência hospitalar (BRASIL, 1995)”.

Além das referidas legislações, cabe mencionar ainda a Lei 9.394/96, que dispõe acerca das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a partir da qual a pedagogia hospitalar passa a ser inserida como área de atuação pertencente a modalidade de educação especial/inclusiva. Neste cenário, em 2001, ocorre a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Resolução nº 02 do Conselho Nacional de Educação- que em seu artigo 13, regulamenta o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos em internação, assegurando no parágrafo 1º, como destaca Dias “que cabe à classe hospitalar o atendimento às crianças internas matriculadas em escolas da educação básica, permitindo-lhes a continuidade do processo de escolarização, contribuindo para um retorno sem prejuízo a sua escola de origem (DIAS, 2015, p. 12)”.

Por sua vez, a publicação de dezembro de 2002, do Ministério da Educação (MEC), intitulada “Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: estratégias e orientações”, também se insere no rol de orientações que consolidam atuação do pedagogo hospitalar, apontando que:

Tem direito ao atendimento escolar os alunos do ensino básico internados em hospital, em serviços ambulatoriais de atenção integral à saúde ou em domicílio; alunos que estão impossibilitados de freqüentar a escola por razões de proteção à saúde ou segurança abrigados em casas de apoio, casas de passagem, casa-lar e residências terapêuticas (BRASIL, 2002, p.10).

Mesmo diante do arcabouço legal construído acerca da pedagogia hospitalar, o que nos indica um processo de reconhecimento e consolidação do trabalho pedagógico nos hospitais, Matos e Mugiatti apontam que “No Brasil, a grande maioria dos hospitais não possui atendimento ao escolar hospitalizado. Ainda não há um reconhecimento



satisfatório no sentido de que as crianças e os jovens hospitalizados têm direito à educação (MATOS; MUGIATTI, 2011, p.48)”. Essa constatação configura-se como um impasse, uma vez que a legislação assegura o direito à educação e ao atendimento educacional especializado para esses indivíduos em situação de hospitalização, no entanto a mesma legislação é negligenciada pela ação do Estado ao não garantir tal direito.

Práticas pedagógicas e contribuições do Pedagogo no ambiente hospitalar

O negligenciamento da legislação tem desdobramentos sobre os quadros psicológicos e emocionais dos pacientes tendo em vista observações realizadas por Gil e Paula (1999), na qual comprova que a atuação do pedagogo permite uma melhoria de tais quadros nas crianças atendidas, diminuindo o estresse com a internação. Além de contribuir no estreitamento dos laços familiares, uma vez que as atividades desenvolvidas por esse profissional buscam uma interação entre pais e filhos.

Como destaca estas autoras, a partir de relatos de experiência do projeto “Pedagogia Hospitalar” desenvolvido na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG):

Para a criança enferma, a rotina hospitalar é estressante, porque está privada do convívio com os amigos e familiares, sendo que esse tipo de privação pode interferir no seu quadro clínico. Existem muitos casos de crianças hospitalizadas que sentem-se fragilizadas com a internação. Algumas dessas crianças passam por uma fase de rejeição ao tratamento, pois são submetidas a procedimentos dolorosos. É evidente a mudança de comportamento das crianças, antes e depois das atividades dos acadêmicos envolvidos, que proporcionam as crianças hospitalizadas um bem estar emocional, favorecendo a recuperação mais rápida de sua saúde, uma vez que elas aceitam melhor a internação e as medicações (GIL; PAULA, 1999, p. 137-138).

Nesse sentido, a prática do pedagogo a partir de atividades lúdicas e recreativas, da arte de contar histórias, dramatizações, desenhos, pinturas, entre outras atividades, alia-se a prática clínica do hospital, favorecendo a melhoria do quadro clínico do paciente. Ao diminuir o estresse proveniente da internação, ajuda no processo de sociabilidade entre paciente e equipe de saúde, além de permitir o desenvolvimento de competências socioculturais, afetivas e pedagógicas, assim como no contexto de escolas regulares.



Segundo Matos e Mugiatti:

Observa-se que a continuidade dos estudos, paralelamente ao internamento, traz maior vigor às forças vitais da criança (ou adolescente) hospitalizada, como estímulo motivacional, induzindo-o a se tornar mais participante e produtivo, com vistas a uma efetiva recuperação. Tal fato, além de gerar uma integração e participação ativa que entusiasma o escolar hospitalizado pelo efeito da continuidade da realidade externa, contribui, ainda de forma subconsciente, para o desencadeamento da vontade premente de necessidade de cura, ou seja, nasce uma predisposição que facilita sua cura e abrevia o seu retorno ao meio a que estava integrado (MATOS; MUGIATTI, 2011, p. 72).

Por sua vez, para Silva, Cardoso e Santos:

O pedagogo auxilia a criança a se conectar com o mundo fora do hospital, ajuda na elevação da auto-estima e a compreender a doença e o ambiente no qual está inserida. O profissional da educação transforma o ambiente de dor, mudando o foco da doença e trazendo uma nova perspectiva de vida para a criança internada, a figura do professor acalma e tranquiliza por ser uma pessoa conhecida do cotidiano escolar (SILVA, CARDOSO; SANTOS, 2011, p.5).

Dessa forma, a prática pedagógica nos hospitais, poderá se desenvolver em diversos espaços, a partir de equipes multidisciplinares que priorizam o desenvolvimento integral da criança/jovem hospitalizada. Sendo responsabilidade do pedagogo, estabelecer um contato com a instituição escolar na qual o paciente está regularmente matriculado, a fim de colher informações sobre o mesmo, bem como de dar uma devolutiva acerca das atividades desenvolvidas no ambiente hospitalar com o respectivo aluno.

A constituição de equipes multidisciplinares para o desenvolvimento de práticas interdisciplinares nos hospitais, nas quais o pedagogo, assistentes sociais e outros profissionais afins se inserem, justifica-se pela necessidade de construir uma visão ampla e concreta que possibilite uma compreensão realista dos problemas sociais do hospitalizado e de sua família, tendo em vista que o processo saúde-doença é uma síntese de múltiplas determinações, que ultrapassam simplesmente a dimensão biológica.

Para Wolf:

A prática do Pedagogo na Pedagogia Hospitalar poderá ocorrer em ações inseridas nos projetos e programas nas seguintes modalidades de cunho pedagógico e formativo: nas unidades de internação; na ala de recreação do



hospital; para as crianças que necessitarem de estimulação essencial; com classe hospitalar de escolarização para dar continuidade dos estudos e também no atendimento ambulatorial (WOLF, 2007, p.50).

Por sua vez, conforme destaca Dias “O trabalho multidisciplinar, que possibilita a participação de profissionais de diversas áreas no contexto hospitalar, transforma o ambiente em um lugar mais afetivo, familiar, social e inclusivo (DIAS, 2015, p.17)”.

Portanto, o trabalho desenvolvido pelos pedagogos exerce uma influência fundamental no processo saúde-doença dos pacientes, no entanto deve ser desenvolvido em atuação conjunta a outros profissionais para o alcance de um melhor resultado, e exige do pedagogo um grande equilíbrio emocional para lidar com diferentes situações, que se referem tanto a quadros de recuperação quanto a evoluções repentinas para o óbito de crianças e adolescentes atendidos (SILVA, CARDOSO e SANTOS, 2011; DIAS, 2015).

Além disso, as diferentes situações cotidianas exigem desse profissional um planejamento de atividades flexível, que se adéque a realidade por ele vivenciada, sendo marcadas por um caráter de ludicidade extremamente forte. Entendendo-se a ludicidade, conforme Luckesi como “[...] um estado interno do sujeito, *que (grifo nosso)* só pode ser vivenciada e, por isso mesmo, percebida e relatada pelo sujeito (LUCKESI, 2014, p.17)”. Nesse sentido, a ludicidade está ligada a sensação de prazer que uma pessoa sente ao realizar determinada atividade. Sendo este um ponto importantíssimo a ser considerado na atuação do pedagogo hospitalar.

Segundo aponta Matos e Mugiatti:

A responsabilidade assumida pelo pedagogo, nas suas relações com as crianças/adolescentes enfermos ou hospitalizados, exige, também, experiência no plano da psicologia do desenvolvimento e da educação. No quadro de suas atividades, as crianças e adolescentes hospitalizados têm, assim, ocasião de exteriorizar situações conflituosas, por meio de múltiplas atividades pedagógicas. Atividades estas representadas de maneira lúdica, recreativa, como o envolvimento em atividades com música e canções, dramatizações, desenhos e outras tantas possibilidades expressivas e evidenciadas em sua ação do momento em que se encontra e com um planejamento articulado e flexível, para que possa atender estes aspectos tão necessários no cotidiano da escolarização para crianças/adolescentes em contexto hospitalar (MATOS; MUGIATTI, 2011, p.83)

Diante da complexidade que configura a prática profissional do pedagogo hospitalar, torna-se notável que os cursos de Pedagogia incorporem em seus currículos,



conhecimentos que subsidiem uma atuação efetiva nesta área de atuação profissional, e criem espaços de diálogos e debates que possibilitem ainda mais a inserção de pedagogos nos contextos hospitalares. Assim, é importante o contato do estudante de pedagogia com as temáticas que perpassam a pedagogia hospitalar na graduação, e não apenas no nível de pós-graduação como geralmente tem ocorrido. Uma vez que:

Considerando a Pedagogia Hospitalar no seu todo, infere-se que existe um amplo campo de estudos sistemáticos de caráter científico-pedagógico que abarca a totalidade dessa experiência e vai precisando o perfil de seus múltiplos aspectos, sempre dentro da mais ampla abertura e flexibilidade de soluções práticas em âmbito hospitalar (MATOS; MUGIATTI, 2011, p. 82).

A capacitação desses profissionais aliada à constituição de espaços de diálogo e de fortalecimento desta área de atuação profissional contribuem para minimizar as dificuldades encontradas no mercado de trabalho por pedagogos hospitalares e força a atuação do Estado no sentido de cumprir os princípios normativos previstos em lei. O que representaria a integração desses profissionais nas equipes hospitalares, que muitas vezes não se mostram dispostos a recebê-los mesmo diante das relevantes contribuições da sua atuação.

CONCLUSÃO

Neste trabalho realizamos um estudo sobre as práticas pedagógicas em ambientes extraescolares, analisando o cunho histórico e social do pedagogo que atua na área da saúde, e demonstrando a partir de diferentes estudos a relevância social da sua atuação nas últimas décadas.

Mesmo diante de uma notoriedade ainda recente, percebe-se que a pedagogia hospitalar tem uma origem que remonta ao século XX, tendo iniciado no país nos anos 1950.

Ao longo de todo o processo histórico, nota-se que a pedagogia hospitalar tem emergido como o campo de atuação profissional de extrema relevância, produzindo grandes contribuições para o processo saúde-doença de crianças e adolescentes hospitalizados. No entanto, identifica-se também que grandes obstáculos perpassam a atuação do pedagogo neste campo, sejam eles de caráter legal, formativo, e integrativos nas equipes de saúde multidisciplinares.

O desenvolvimento desta pesquisa permitiu afirmar que a pedagogia hospitalar é uma área de atuação bastante importante não só para a educação, tendo em vista que



uma das suas preocupações é a construção do conhecimento, por crianças e adolescentes que se encontram impossibilitados de estarem inseridos na escola regular. Mas também para a área da saúde, uma vez que transforma o ambiente hospitalar, habitualmente marcado por um clima de tensão e medo tanto do paciente quanto dos familiares que ali se encontram, em um ambiente de placidez, sociabilidade e de conhecimento.

Os benefícios decorrentes da atuação do pedagogo hospitalar residem desde a diminuição do stress do paciente, influenciando diretamente na autoestima e na luta contra a doença, no estreitamento dos laços familiares que por vezes estão afastados devido a situações cotidianas, e principalmente na construção do conhecimento produzindo a satisfação de poder realizar um trabalho que atinge de forma positiva tanto a vida da paciente, quanto à de seus familiares.

Apesar da relevância social deste profissional e de várias legislações orientarem o atendimento escolar de crianças e adolescentes hospitalizados, tendo em vista que a educação é um direito social, de caráter público subjetivo, tal como aponta a constituição brasileira, devendo ser garantida conforme prescrito no seu artigo 205, pelo Estado, família e sociedade, o que verificamos de forma geral é a não garantia do mesmo nas instituições de saúde. Nelas o que geralmente constata-se é o paciente e seus familiares sem quaisquer tipos de assistência social básica, o que inclui a falta de profissionais da pedagogia hospitalar enquanto um direito de quem está internado, sem condições de estar inserido nas escolas regulares.

Este cenário permite inferir que apesar da pedagogia hospitalar ter ganhado significativa importância nas últimas décadas, ainda assim, o acesso a este tipo de serviço em hospitais e demais setores da saúde é bastante restrito, seja por uma ação ineficiente do Estado, a falta de investimento e/ou pelo não reconhecimento da importância da atuação desse profissional nesta área.

Nesse sentido a abertura do campo hospitalar aos pedagogos perpassa, entre outras iniciativas pela incorporação dessa temática nos cursos de formação desses profissionais, a criação de espaços sociais de divulgação acerca dos benefícios da atuação do pedagogo na área da saúde, bem como pela realização de pressões junto aos órgãos do Estado, no sentido do cumprimento da legislação.

Portanto, destacamos que a atuação do pedagogo hospitalar é de extrema importância para a sociedade diante dos benefícios que produz no ambiente hospitalar,



no entanto a abertura desse campo aos pedagogos tem ocorrido de forma lenta, demandando uma atuação mais incisiva sobre o Estado e as instituições de saúde para que integrem nos seus quadros estes profissionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados**. Resolução Nº 41, de 13 de outubro de 1995. Brasília: Imprensa Oficial, 1995.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: estratégias e orientações**. Brasília: MEC; SEESP, 2002, 35 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf> Acesso em: 13 abr. 2017.

DIAS, Alcimária de Melo. **A classe hospitalar Sullivan Medeiros: relação entre as equipes pedagógica e de saúde no contexto da ação educativa**. 2015. 35f. Monografia. (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó: UFRN, 2015.

ESTEVES, Cláudia R. **Pedagogia hospitalar: um breve histórico**. 2008.

GIL, Juliana Dallarmi; PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. **Pedagogia hospitalar. Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 135-148, nov. 1999.

KHON, Carla Daniela; MORAES, Myrian S de. **Pelas Trilhas da História: Medicina Higienista como indício do surgimento da Pedagogia Hospitalar. EDUCTE: Revista Científica do Instituto Federal de Alagoas**, v. 1, n. 3, p. 85-99, jul./dez.2011.

LUCKESI, Cipriano. **Ludicidade e formação do educador. Revista entreideias: educação, cultura e sociedade**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 13-23, 2014.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SILVA, Aline Fabiana da; CARDOSO, Cristiane Aparecida; SANTOS, Mauro Augusto dos. **O trabalho do pedagogo no ambiente hospitalar. Revista Brasileira de Educação e Cultura – RBEC**, n. 4, p. 01-11, 2011.

WOLF, Rosângela Abreu do Prado. **Pedagogia hospitalar: a prática do pedagogo em instituição não-escolar. Revista Conexão UEPG**, v. 3, n. 1, p. 47-51, 2007.